



COP 15
Conferência da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima
Copenhague, Dinamarca - Dezembro de 2009

Carlo Lovatelli – Presidente da ABIOVE e ABAG

Muito bom dia a todos que nos honram com a sua presença no Pavilhão Brasil.

Os segmentos que compõem a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) acreditam que o agronegócio brasileiro poderá contribuir significativamente para a redução do aquecimento global. A adoção de tecnologias que levam ao aumento da produtividade, com redução da pressão para a ampliação da fronteira agrícola, aliada ao uso de práticas conservacionistas e de manejo responsável, como o Plantio Direto, a integração lavoura-pecuária-florestas, entre outras, legitimam esta afirmativa. Cabe ressaltar que para a soja brasileira, o plantio direto representa 72% da área cultivada.

Além disso, ações orientadas à atribuição de valor às florestas, em conjunto com uma política de pagamentos por serviços ambientais, constituem parte da solução na obtenção de benefícios significativos para a mitigação das emissões de gases causadores de efeito estufa.

Neste sentido, a ABAG e a ABIOVE defendem que a redução do desmatamento e outros serviços ambientais devem ser remunerados, com pagamento direto.

Para tanto, o mecanismo conhecido como Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação (REDD) deve ser estruturado de forma a garantir que incentivos financeiros dele resultantes alcancem diretamente os agentes responsáveis pelas reduções, como produtores rurais e populações tradicionais.

O grande desafio atual é produzir alimentos, energia e fibras a baixos custos para uma população mundial crescente, e com um nível de eficiência que impacte cada vez menos o meio ambiente. Esse é o caso, por exemplo, do uso racional de insumos, como fertilizantes, defensivos e sementes. A pesquisa, o desenvolvimento e a inovação trarão as soluções que permitam aumentar a oferta de bens de consumo, com sustentabilidade, conservando os recursos naturais e a biodiversidade.

Dados recentes da FAO indicam que apenas 30% da superfície do planeta está coberta com florestas nativas, boa parte delas em regiões de clima frio, portanto fora das fronteiras agrícolas, tais como as florestas do Canadá e da Rússia. O Brasil ainda mantém grande parte de suas florestas originais e tem o grande desafio de preservar este patrimônio e atender parte significativa das necessidades futuras da humanidade.

A criação de mercados específicos para a remuneração de serviços ambientais, como o de crédito de carbono e mais recentemente o mecanismo de REDD - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, indica um reconhecimento da importância de valoração econômica destes serviços.



Cabe ressaltar que os benefícios gerados pelos serviços ambientais são usufruídos por toda a comunidade internacional, mas seus custos recaem apenas sobre os proprietários rurais. Portanto, nada mais justo que estes proprietários recebam incentivos financeiros pela prestação dos mesmos.

Em síntese, o agronegócio brasileiro considera que:

- a) Os países desenvolvidos têm responsabilidade histórica pela concentração de gases causadores do efeito estufa na atmosfera, e, por isso, devem adotar metas ambiciosas no sentido de reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa;
- b) As mudanças climáticas constituem um problema global e por isso exigem ações coordenadas e urgentes de todos os países, priorizando tecnologias de mitigação viáveis economicamente e de impacto efetivo no curto prazo.
- c) É imprescindível a ampliação de novos mecanismos que envolvam os países em desenvolvimento no mercado internacional associado às mitigações das mudanças climáticas.

O Brasil está contribuindo de maneira ímpar para a conservação ambiental, mas ainda não está recebendo o devido reconhecimento, que é seu de fato e de direito. O Brasil tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. É líder na tecnologia de biocombustíveis e a maior parte de suas emissões, no que tange as queimadas e os desmatamentos ilegais, estão dissociadas do desenvolvimento econômico.

Reconhecemos a necessidade de que os países em desenvolvimento assumam responsabilidades para que cresçam, mantendo vigilância sob o potencial aumento de suas emissões, a exemplo da ambiciosa meta brasileira para a redução de 80% do desmatamento do Bioma Amazônia até 2020.

Agradecemos a presença de todos, e esperamos que até o final desta semana tenhamos um grande acordo global que possibilitará o desenvolvimento sustentável das nações, lastreado na cooperação internacional para a implantação de uma economia global de baixo carbono, o que será, sem dúvida, a melhor herança que poderemos deixar para as nossas futuras gerações.